



corregedoria  
geral da justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
ASSESSORIA DE ORIENTAÇÃO E CORREIÇÃO

PROVIMENTO Nº 033 /2012

Dispõe sobre a nova sistemática de indenização aos oficiais de justiça avaliadores judiciários, das despesas de condução no cumprimento de mandado da Justiça Gratuita.

A CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 153 de 06.07.2012 do Conselho Nacional de Justiça, que determina aos tribunais estabelecerem procedimentos para garantir aos oficiais de justiça avaliadores judiciários o recebimento antecipado do valor necessário para o custeio de diligência nos processos da Justiça Gratuita;

CONSIDERANDO o § 2º do artigo 6º da Lei estadual nº 13.395, de 14.12.1998, que elegeu a Corregedoria-Geral da Justiça para editar a necessária instrução normativa que assegure aos meirinhos a indenização das despesas de condução no cumprimento desses mandados;

CONSIDERANDO o Despacho nº 2.492, de 03.10.2012, da lavra do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Desembargador Leobino Valente Chaves, que acolheu, em sua integralidade, a proposta de indenização feita pela Diretoria Financeira, nos Autos nº 3662705/2012,

www.tjgo.jus.br/corregedoria

Rua 10, nº 150, 11º andar, St. Oeste, Goiânia – Goiás - CEP 74.120-020 - Fone (62) 3216-2000 - Fax (62) 3216-2677





corregedoria  
geral da justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
ASSESSORIA DE ORIENTAÇÃO E CORREIÇÃO

§ 3º. Nas hipóteses de retorno às atividades de oficial de justiça que estava afastado por mais de 90 (noventa) dias, a indenização será devida a partir da efetiva distribuição de mandados, observado, nesses casos, o valor constante do Grupo I, da tabela constante deste artigo, não se considerando a média semestral para efeito de pagamento.

§ 4º. Para efeito de indenização será considerado o valor previsto no Grupo I do *caput* deste artigo, sempre que não houver como se apurar a média de mandados constantes no sistema, distribuídos nos últimos seis meses.

§ 5º - Os valores constantes desta tabela serão atualizados anualmente, pelo índice IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

III – Modificar os artigos 494 e 495 que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 494 - As locomoções serão indenizadas mediante crédito nas contas correntes dos oficiais de justiça, em agências das instituições financeiras integradas ao sistema SIOFI.

Art. 495 - A Diretoria Financeira avaliará, semestralmente a produtividade dos oficiais de justiça avaliadores judiciários no cumprimento dos mandados, aferindo-se, sistematicamente, a manutenção dos atuais índices de desempenho no exercício de seu mister, comunicando à Corregedoria-Geral da Justiça qualquer situação que possa ensejar a necessidade de alteração na metodologia descrita no art. 492, deste Provimento.

IV– Revogar os §§ 1º, 2º, 3º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 do artigo 495 e os artigos 496, 496 a e 496b.

Rua 10, nº 150, 11º andar, St. Oeste, Goiânia – Goiás - CEP 74.120-020 - Fone (62) 3216-2000 - Fax (62) 3216-2677



corregedoria  
geral da justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
ASSESSORIA DE ORIENTAÇÃO E CORREIÇÃO

V – Excluir o oficial de justiça avaliador indenizado na forma do artigo 492 desta Consolidação, da incidência da Tabela II – Despesas de locomoção do oficial de Justiça avaliador judiciário no cumprimento de mandados comum e de avaliação da Justiça Gratuita, integrante do Anexo 1 da mesma Consolidação.

Este Provimento entra em vigor no dia 01 de novembro de 2012.

Goiânia, aos 25 dias do mês de outubro de 2012.

DESEMBARGADORA: BEATRIZ FIGUEIREDO FRANCO  
Corregedora-Geral da Justiça